

BOAS PRÁTICAS



Sem culpa nem policiamento

Código holandês propõe discussão permanente e sem medo de represálias sobre integridade científica e destaca deveres das instituições de pesquisa

Em vez de destacar a punição de casos de má conduta ou a criação de órgãos de controle centralizados, o novo Código de Conduta para Integridade Científica da Holanda, que entrou em vigor em outubro, valoriza a capacidade de as instituições resolverem seus problemas de forma autônoma e o debate permanente no ambiente acadêmico sobre erros e comportamentos capazes de comprometer a integridade científica. “O enfoque não está em policiar os pesquisadores, mas em estimulá-los a discutir sem culpa os dilemas que vivem”, escreveu, em artigo publicado na revista *Nature Index*, o epidemiologista Lex Bouter, membro da equipe que elaborou o código – o documento de 30 páginas atualizou as diretrizes em vigor desde 2004. “Queremos que os nossos pesquisadores sejam capazes de trabalhar em um ambiente aberto no qual se sintam responsáveis e ao mesmo tempo acompanhados. A ciência só pode se desenvolver se as pessoas puderem compartilhar preocupações e discutir as falhas que cometem”, afirmou Bouter, professor de metodologia científica da Universidade Livre de Amsterdã.

É certo que o documento traz ideias já bastante difundidas, mas ele causa impacto ao compilar recomendações que ajudam as instituições a

produzir estratégias abrangentes e sem lacunas. Um dos capítulos enumera um rol de 61 boas práticas de pesquisa, como dar crédito a todos os que participaram do trabalho, evitar exageros na divulgação de resultados, jamais publicar em revistas de baixa qualidade e nunca manipular citações de artigos. Uma novidade em relação ao código anterior é uma lista de 21 deveres que universidades e instituições científicas devem abraçar, referentes a treinamento e supervisão, cultura de pesquisa, gerenciamento de dados, publicação de resultados e normas éticas (*ver quadro*).

A ideia de que a má conduta não é um desvio de ordem individual, mas recebe influência do ambiente e da cultura em que os pesquisadores atuam, vem ganhando espaço no debate internacional. Em 2015, a 4ª Conferência Mundial sobre Integridade Científica, realizada no Rio de Janeiro, adotou essa abordagem ao discutir a responsabilidade de instituições na promoção de condutas responsáveis de pesquisa (*ver Pesquisa FAPESP nº 233*). Na 6ª edição da conferência, programada para junho em Hong Kong, uma das metas será formular sugestões que deem base a um novo sistema de recompensas na carreira dos pesquisadores. A intenção é propor um modelo de avaliação que não se restrinja a analisar indicadores

Lição de casa

Recomendações do código holandês para dirigentes de universidades e instituições científicas

TREINAMENTO E SUPERVISÃO

- * Oferecer treinamento em integridade científica a pesquisadores de todos os níveis e ao pessoal técnico
- * Incorporar a integridade científica às atividades educacionais
- * Estimular práticas responsáveis no ambiente de pesquisa
- * Garantir que jovens pesquisadores e alunos de doutorado tenham supervisores qualificados
- * Ter critérios transparentes de contratação, promoção e remuneração

CULTURA DE PESQUISA

- * Adotar boas práticas de pesquisa e agir se elas estiverem sendo ignoradas
- * Valorizar boas práticas no contexto de diferentes disciplinas
- * Zelar pelo respeito aos padrões de qualidade e integridade na pesquisa
- * Fazer cumprir regulamentos, códigos de conduta e protocolos relevantes
- * Estimular pesquisadores a discutir boas práticas, a ajudar colegas a segui-las e a informar desvios

GERENCIAMENTO DE DADOS

- * Criar uma infraestrutura que viabilize o gerenciamento de dados de pesquisa
- * Garantir que dados, códigos de software e protocolos sejam guardados permanentemente
- * Armazenar material usado em pesquisas por um prazo apropriado
- * Tornar acessíveis dados de pesquisa, respeitando sigilo quando necessário
- * Divulgar os critérios para consulta de dados e protocolos

PUBLICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO

- * Promover acordos com órgãos de fomento e outras instituições para dar acesso e divulgar os dados produzidos pelos pesquisadores
- * Estimular a comunicação cuidadosa e rigorosa dos resultados de experimentos

NORMAS E PROCEDIMENTOS ÉTICOS

- * Criar, quando necessário, comitês de aconselhamento sobre temas que envolvam a qualidade da pesquisa
- * Divulgar no site da instituição informações sobre suas políticas, atividades, posições e interesses
- * Selecionar conselheiros sobre integridade científica que possam ser consultados de forma rápida e sigilosa
- * Designar um comitê ou um gestor para avaliar alegações de má conduta

bibliométricos, como número de artigos e citações. “O novo código garante que a Holanda irá acompanhar os avanços internacionais no campo da integridade científica”, disse, no lançamento do documento, Keimpe Algra, professor de filosofia da Universidade de Utrecht, coordenador da equipe que elaborou o texto.

Produzido por representantes de organizações como a Academia Real de Artes e Ciências do país e a Associação de Universidades da Holanda, entre outras, o código é destinado a instituições de pesquisa e de ensino superior públicas e privadas e a publicações científicas.

Os responsáveis pelo documento esclarecem que, embora ele possa ser útil para toda a comunidade científica, não há a intenção de que tenha força de legislação ou se torne referência para decisões da Justiça, como acontece em diversos países. A decisão de seguir as normas deverá ser tomada de forma voluntária pelas instituições. Da mesma forma, o código propõe que os pesquisadores discutam de forma livre equívocos e deslizos e ajudem uns aos outros a seguir as boas práticas. “O que há de mais importante no código é a necessidade de remover do sistema de recompensa acadêmica aquele tipo de incentivo que gera comportamentos perversos, como troca de citações entre pesquisadores, e de promover um clima aberto em que os cientistas possam discutir seus problemas sem medo de represálias”, afirma Bouter.

No capítulo final, o código descreve como as instituições devem lidar com casos comprovados de má conduta. A severidade da punição deve ser proporcional à falta cometida. O documento faz distinção entre o que é má conduta em pesquisa e pode exigir uma sanção rigorosa, inclusive a demissão do pesquisador desonesto, e o que são práticas questionáveis e faltas de menor importância – essas talvez não mereçam penalidades. Os casos menos graves devem, contudo, ser amplamente discutidos pelos pesquisadores a fim de garantir que não aconteçam de novo e os dirigentes das instituições devem tomar medidas concretas para preveni-los. ■ **Fabício Marques**



Violações sistemáticas na revisão de artigos

Vinte e seis artigos científicos do engenheiro eletricista Antonio Orlandi, professor da Universidade de Áquila, na Itália, foram retratados pela revista *IEEE Transactions on Electromagnetic Compatibility*. O Instituto dos Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos (IEEE), responsável pelo periódico, anunciou que houve “irregularidades no processo de revisão por pares” nesses trabalhos de Orlandi e em outros três *papers* da revista. Até recentemente, o italiano era o editor-chefe da publicação. O IEEE não deu detalhes sobre os problemas encontrados nos manuscritos nem acusou diretamente Orlandi de fraudar procedimentos que estavam sob sua responsabilidade. Informou apenas que foram identificadas violações sistemáticas das políticas da instituição sobre revisão de *papers*. Elas foram praticadas por três editores, que acabaram banidos da organização. Seus nomes não foram divulgados. Em nota, Michael Forster, diretor-executivo do IEEE, disse que a instituição criou um comitê para reavaliar todos os seus processos, sistemas e políticas de revisão por pares. As conclusões e as recomendações desse comitê serão divulgadas assim que seu trabalho terminar, garantiu Forster.

Não é a primeira vez que a imagem do IEEE, uma organização profissional sediada nos Estados Unidos e presente em 160 países que publica mais de uma centena de revistas científicas, é atingida por um escândalo desse tipo. Segundo uma base de dados de retratações de artigos organizada pelo site Retraction Watch, o IEEE já cancelou mais de 7,3 mil resumos de apresentações realizadas por pesquisadores, publicados em anais de congressos promovidos pela instituição, o equivalente a 40% de todas as retratações já registradas.

No caso de uma conferência sobre negócios e governo on-line realizada em 2011, 1,2 mil resumos foram retratados. À época, o IEEE não deu detalhes sobre os problemas detectados nos trabalhos, mas instituiu um comitê de especialistas para redobrar a atenção com a qualidade dos resumos apresentados nos mais de 1,7 mil eventos que patrocina a cada ano.

O cientista da computação Lior Patcher, do Instituto de Tecnologia da Califórnia (Caltech), em Pasadena, explicou à revista *Science* que várias áreas do conhecimento aplicado preferem divulgar seus achados de forma expressa em conferências, em vez de submetê-los ao processo de revisão de revistas científicas tradicionais, que é mais demorado. “Isso permite um compartilhamento rápido de ideias, mas erros escapam com mais facilidade”, afirmou.

Transparência em alta

Um estudo divulgado na revista *PLOS Biology* indica que a pesquisa biomédica está se tornando mais aberta e transparente. O trabalho, lançado na edição de novembro do periódico, analisou o conteúdo de 149 artigos publicados entre 2015 e 2017 e constatou que 69% forneciam informações sobre a fonte de financiamento, 65% mencionavam se os autores tinham ou não algum conflito de interesses relacionado à pesquisa e 20% disponibilizavam seus dados publicamente. Esses índices foram bem menores, em alguns casos insignificantes, em um levantamento com 441 artigos publicados entre 2000 e 2014.

Para Joshua Wallach, pesquisador da Escola de Saúde Pública da Universidade Yale

e um dos autores do estudo, o comportamento mais aberto da comunidade de pesquisa biomédica parece bastante promissor. “Há razões para ser otimista”, disse à revista *Nature*. Ele também atribui a mudança a um novo patamar de exigências das revistas científicas, que agora passaram a pedir declarações de conflito de interesses e de financiamento para prevenir vieses, ou adotaram políticas para compartilhamento de dados. Wallach ressalta que o acesso a dados e a protocolos é essencial para que outros pesquisadores consigam reproduzir os resultados alcançados. “As declarações de compartilhamento de dados mostram que essa cultura está mudando”, afirmou.

